

Abertura

Abrem-se uma vez mais as portas da Universidade a um novo ano lectivo e aos homens e mulheres que, por estes dias, estão a obter consagração pelo êxito dos seus jovens, mas esforçados, percursos escolares. Trazem a esperança e a alegria dos vinte anos numa onda que anualmente submerge os campos ressequidos e sobre eles deposita uma nova camada de aluvião, terra fértil vinda de onde vêm, dádiva e ávida de vida. É nas margens dos grandes rios que encontramos as marcas dos mais notáveis impulsos civilizacionais.

A Universidade é um dom da juventude. Mas não é só isso. A cada nova cheia, é preciso tirar partido dela: afeiçoar o terreno, construir diques e canais, levar a água às leiras mais distantes e lançar as sementes de uma nova colheita; num trabalho de união de forças, de inteligência colectiva, de aplicação e de organização dos homens, sem o qual a terra preta se deixa vencer pela sombra do vento e do deserto. A Universidade é também um dom para a juventude.

As minhas primeiras palavras são para celebrar esta dupla renovação. Lá fora, no Pátio das Escolas, os novos estudantes formalizam as suas matrículas e tomam contacto com a casa que a partir de agora também será sua. Esta cerimónia, a Abertura Solene das Aulas, estatutariamente consagrada como uma das mais importantes do calendário anual universitário, é a festa do reencontro após a breve interrupção das férias do Verão e o momento em que os mais antigos recebem e acolhem os mais novos. A uns e a outros eu dou as boas-vindas em nome da Universidade de Coimbra, desejando a todos que o ano agora iniciado traga a satisfação dos vossos desejos e das vossas expectativas. Mas não deixarei de recordar, responsabilmente, que o êxito do vosso sucesso está, em primeiro lugar, nas vossas mãos. A comunidade universitária e a Universidade organizam-se para tentar suprir as vossas dificuldades mas pouco poderão ajudar se cada um não fizer, em primeiro lugar, o esforço a que se deve sentir obrigado.

Em representação dos estudantes da Universidade de Coimbra, usará da palavra nesta cerimónia o Senhor Presidente da Direcção-Geral da AAC, cabendo à ilustre Doutora

Maria Luísa Sá e Melo, Professora Catedrática da Faculdade de Farmácia, proferir a Oração de Sapiência subordinada ao tema “**A descoberta e o desenvolvimento de medicamentos no início do terceiro milénio**”. Senhora Doutora, Caro André Oliveira, os dois saúdo com consideração e amizade.

Breve referência aos momentos altos

É esta a ocasião apropriada para uma breve referência a alguns dos momentos que marcaram o ano lectivo passado e aos nomes que mais se destacaram neste período, em resultado da sua actividade universitária. Mesmo correndo o risco de ser injusto por omitir alguns, faço-o pela convicção de que seria ainda mais injusto se os omitisse a todos. Possam todos vós encontrar, nesta referência a tão poucos, o reconhecimento da vossa Universidade pelo trabalho que desenvolveram ao longo do ano.

Logo em Outubro de 2007, a Universidade de Coimbra era, uma vez mais, a Universidade portuguesa mais bem posicionada no ranking do “Times Higher Education Supplement” um dos mais prestigiados rankings mundiais de Universidades. Não deixando de notar a sempre discutível fiabilidade dos critérios comparativos, ou de questionar o rigor da informação sobre a qual assentam as análises, não desvalorizando as indicações fornecidas por outros rankings igualmente credíveis, nem o esforço que temos que sustentadamente empreender para melhorar a posição em que nos encontramos, seria de uma grande injustiça não reconhecer que este é o maior galardão a que podemos ambicionar pelo nosso desempenho global. Todas as outras Universidades portuguesas gostariam de ocupar a posição em que nos encontramos.

No passado mês de Maio, em cerimónia que decorreu em Dublin, o Fórum Europeu dos Museus decidiu atribuir o Prémio Micheletti de Museu Europeu do Ano, na categoria de Ciência, Tecnologia e Indústria, ao Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. A obtenção do mais importante e cobiçado prémio da museologia científica europeia, que orgulha toda a Universidade é, simultaneamente, o reconhecimento do valor do nosso património museológico, a confirmação da justeza das orientações estratégicas definidas

pelo Senado nesta matéria, e um forte incentivo à continuação da concretização do projecto.

Quanto às referências individuais, incluo nesta breve listagem, as seguintes:

A obtenção pelo Doutor Luciano Oliveira, investigador do Instituto de Sistemas e Robótica da Universidade de Coimbra, em Novembro de 2007, do 1.º Prémio do Concurso NISIS – Nature Inspired Smart Information Systems e a atribuição à Doutora Anabela Rolo, investigadora do Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, em Dezembro do mesmo ano, da Medalha de Honra L’Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência.

A obtenção do 1.º Prémio do “Concurso de Ideias Luminosas – Eficiência Energética”, promovido pela EDP Distribuição, em Março de 2008, pelo projecto “E-Monitor – Sistema de Análise e Monitorização Energética”, desenvolvido por um grupo de alunos finalistas da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

A atribuição ao Doutor Amílcar Falcão, Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia, em Maio de 2008, pela revista Farmácia Distribuição, do Prémio Almofariz 2008 – Figura do Ano.

À Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, várias vezes reincidente em matéria de público reconhecimento dos seus méritos universitários, foi atribuído, em Junho de 2008, o Prémio Padre Manuel Antunes.

Nesse mesmo mês o Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra, Medalha Honorífica da nossa Universidade, obteve a Taça de Ouro no II Festival Mundial de Coros, que decorreu em São Petersburgo, na Rússia, terra de reconhecidas tradições artísticas e musicais.

No passado mês de Julho foi atribuído o Prémio Nacional Cidade de Gaia ao Doutor Miguel Castelo-Branco, Professor Auxiliar da Faculdade de Medicina, tendo o Doutor Jaime Carvalho e Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia sido eleito para o cargo de Secretário-Geral do ICMI – “International Commission on Mathematical Instruction”, a maior associação mundial dedicada ao ensino da Matemática.

Há apenas um mês, a “American Studies Association”, a mais importante associação de estudos americanos, decidiu atribuir o “Mary C. Turpie Award” à Doutora Maria Irene Ramalho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras e investigadora do Centro de Estudos Sociais, o que acontece pela primeira vez a uma personalidade não-americana.

Pela mesma altura, o Doutor Carlos Fiolhais, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia era reconhecido pela “Web of Science” do “Institute for Scientific Information”, uma empresa norte-americana que regista as publicações científicas e mede o seu impacto, como sendo, de longe, o autor português que obteve o maior número de citações para um dos seus trabalhos, o que significa um extraordinário impacto na ciência mundial.

Uma nova responsabilidade educativa

As melhores universidades atraem os melhores estudantes que, em retorno, fazem as melhores universidades. Voltamos ao ciclo da eterna regeneração, que este ano foi marcado, no plano pedagógico, pela primeira experiência quase completa de Bolonha. E se é ainda cedo para fazer balanços, nunca é cedo para marcar posição ou para confirmar compromissos.

A provar que “os grandes acontecimentos entram na história com pés de lã”, literalmente, Segundo Hegel, com “patas de pomba”, a revolução pedagógica europeia – e em breve extra-europeia – desencadeada pelo Processo de Bolonha não terá sido no início, e apesar da filosofia que o anima, senão uma reorganização formal dos cursos do ensino superior.

Este primeiro estágio, em grande parte administrativo, exigiu um imenso esforço colectivo de concertação e de adaptação, que poderia ter sido evitado não fora o desconcerto da própria lei e que ainda não foi, em muitos casos, ultrapassado.

Não se trata, pelo menos neste momento, de interrogar a oportunidade ou a inoportunidade de Bolonha como não serve mais deplorar a entrada do País na União Europeia ou a instituição de uma moeda única que são hoje factos consumados. Sabemos quanto custa a um País pretender ficar absurdamente só e como, mais ainda do que a política, a ciência vive de diálogo e de troca. Perante a necessidade histórica de aderir ao Processo de Bolonha, a única atitude positiva era, não apenas aceitar o desafio, mas aceitá-lo com confiança – e, porque não? – com convicção.

Foi o que a Universidade de Coimbra fez. Depois de um período de intensa reflexão e meses de discussões aceras, nas faculdades e no Senado, em comissões e em sessões de informação, conseguimos em conjunto, professores e estudantes, modificar antigas estruturas que, há poucos anos ainda, nos pareciam imutáveis e para sempre inscritas na linguagem e nas mentalidades. Não apenas fizemos da necessidade virtude mas encontrámos nas normas que regem o espaço europeu do ensino superior uma ocasião de progresso e de criação.

Às exigências de Bolonha, respondemos com projectos, e com projectos hoje concretizados. Se podemos lançar um olhar crítico sobre estas realizações, é porque elas têm o mérito de existir. Dispomos hoje de um conjunto de mediações que, na sua articulação concertada, transformaram o conceito vago de Novo Paradigma Pedagógico num verdadeiro instrumento de acção e de avaliação. Estes novos mecanismos não são feitos para tornar ainda mais pesado um aparelho já pesado de burocracia mas, pelo contrário, para favorecer a iniciativa e estimular o movimento intra e inter-universitário. Destes instrumentos, provisórios ou duradouros, mencionarei os mais importantes, acrescentando, a cada um deles, um breve comentário:

1. **a criação de um Observatório de Bolonha**, que acompanhou os primeiros passos da adaptação ao Processo de Bolonha e vem identificando e procurando resolver as dificuldades encontradas na execução de um novo modelo de funcionamento e de todo o processo de transição. A este Observatório cabe, a partir de agora, debruçar-se sobre, entre outras, a aplicação do regime tutorial e os novos métodos de avaliação, a organização curricular por módulos, o horário pós-laboral, a internacionalização, os novos públicos, a implementação do sistema de créditos ECTS, a inquirição de hábitos de estudo, etc.

2. **a elaboração de um Regulamento Pedagógico** que estabelece um conjunto de normas e orientações gerais sobre o processo pedagógico e as relações entre os membros da comunidade escolar aplicáveis aos cursos de 1º ciclo e de 2º ciclo integrado;

3. **a elaboração de um Sistema de Gestão de Qualidade Pedagógica** que, procurando sistematizar uma atitude pedagógica com base no levantamento de um conjunto relevante de indicadores, traduzindo a qualidade dos actos de formação praticados, visa a criação de um mecanismo regular de avaliação da qualidade que permita aos órgãos responsáveis de cada faculdade a análise dos resultados e da sua evolução, em termos de desempenho pedagógico e de sucesso escolar;

4. **a execução de um projecto de combate ao insucesso e ao abandono escolar e de Apoio à Transição**, projecto multifacetado e pluridimensional que requer o desenvolvimento, por parte do estudante, de um conjunto de competências que passam nomeadamente por um processo de regulação da aprendizagem e do estudo e pela melhoria contínua das suas competências pessoais e interpessoais.

5. **a consolidação do WebOnCampus**, plataforma de apoio pedagógico, enquanto repositório de toda a informação necessária sobre cursos, cadeiras, aulas e avaliação.

Mas o Processo de Bolonha não se esgota em estruturas administrativas contingentes que não são senão o seu envelope material e supletivo. Precisamos de ir mais longe,

precisamos agora de tentar simpatizar com a intuição filosófica que está na origem deste grande movimento de reforma da pedagogia universitária tradicional.

O espírito de Bolonha, na intenção dos redactores do célebre documento, não é, com efeito, nada mais do que o espírito europeu retomando confiança em si mesmo. Todos aspiramos a uma nova Renascença ou a um outro Século das Luzes: se a inteligência humana deve permanecer, ou melhor, voltar a ser, senhora dos seus conhecimentos e se a nossa sabedoria europeia, humilhada pela turbulência da história, aspira a ultrapassar a sua actual depressão, temos mais do que nunca que garantir à nossa juventude a mais ambiciosa, a mais rigorosa e a mais generosa formação.

Cabe assim a cada professor medir-se nesta tarefa última cuja elevação não se confunde com a eloquência própria de uma alocução de abertura solene, mas confere o seu verdadeiro sentido a uma profissão plenamente justificada por uma preocupação de crescimento espiritual e moral da nossa sociedade. E se os estudantes têm toda a razão em reclamar cada vez mais organização, mais atenção, mais clareza, mais paciência, da parte dos professores, estes têm também o direito de esperar a justa retribuição dos seus esforços num trabalho mais regular, mais curioso e mais maduro dos estudantes. Se é desejável que o ensino conceda, doravante, mais lugar à aprendizagem, que a supremacia científica do ensino não constitua obstáculo à autonomia intelectual do estudante, que a investigação não implique o sacrifício da formação, a excelência não será mais do que um voto piedoso, com ou sem Bolonha, enquanto não exigirmos o máximo de nós mesmos. Não será Bolonha bem ou mal sucedida, seremos nós a ter, ou não, sucesso pedagógico.

Uma nova centralidade da investigação

Quanto à reorganização das actividades científicas, tarefa essencial para reforçar a centralidade destas actividades no contexto universitário, a reflexão que aqui deixei há um ano revelar-se-ia um bom programa para a acção que desenvolvemos. Dizia na altura que “Universidades e Laboratórios são como gâmetas diferentes da mesma espécie. Podem ter estratégias diversas de curto prazo, (...) mas são identicamente indispensáveis, em

conjunto, a qualquer estratégia ganhadora de médio ou longo prazo. É preciso que se fertilizem mutuamente pondo em comum o melhor do seu património genético. É crucial que os bons centros de investigação intervenham mais efectivamente nas decisões científicas das Universidades a que pertencem ou a que estão ligados. É crucial redesenhar o sistema de pós-graduação das Universidades de forma a aproveitar mais eficazmente as competências instaladas nas boas unidades de investigação. Mas é igualmente crucial que tudo isto se desenvolva no âmbito das Universidades e dentro da sua esfera de intervenção.”

A terceira missão / Um novo compromisso com a sociedade

Mas se há área de intervenção em que mais se fez sentir a presença qualificada da Universidade de Coimbra e dos seus membros, também por corresponder àquela em que a alteração de comportamentos foi mais marcada e mais visível nos últimos anos, essa foi, sem dúvida, a do novo compromisso que ela quis assumir com a sociedade.

A Universidade como motor de desenvolvimento

Se, para conquistar o direito de incorporar a investigação nos seus propósitos e de a poder fazer autonomamente a Universidade Humboltiana do século XIX teve que defender-se da envolvente e se fechou sobre si mesma, vindo a justificar a designação, ainda hoje consagrada, de Torre de Marfim; se, em meados do século XX a sociedade americana começou a perceber o enorme potencial escondido por detrás das paredes da Universidade e a tentar aproveitá-lo em benefício do seu próprio desenvolvimento, num processo que viria a conferir-lhe a chamada terceira missão; se, a Portugal este conceito só chegou no início da década de 70, com a criação das Universidades Novas, e em Coimbra apenas se tornou visível no final dos anos 80, com a afirmação dos cursos de Economia, Gestão e Engenharias criados na década anterior e com o início da construção do Pólo II, a verdade é que, uma vez instalado entre nós e assumido por todos, rapidamente fomos capazes de recuperar o tempo perdido.

Hoje, é com prazer que constato que a Universidade de Coimbra se constituiu como referência nacional, e até internacional, em matéria de protecção da propriedade intelectual e de extensão e se estabeleceu como parceiro privilegiado na montagem de infra-estruturas de desenvolvimento e na criação de condições para o aparecimento de novas empresas baseadas no conhecimento, que trazem postos de trabalho qualificados e riqueza.

Por isso vos digo que, com esta Universidade, Coimbra está de volta. Já não a cidade que se acomoda e compraz à sombra da velha Torre, confortavelmente instalada no tempo e na história, a olhar apenas para si mesma e a reclamar o respeito dos outros pela sua nobreza decadente. A cidade da Termec, da Mondorel, da Triunfo, da Ideal, da Centralcer, da Argus, da Sociedade de Porcelanas, da Estaco, da Agfa, e de tantas outras empresas que não souberam antecipar a necessidade da mudança, afundou-se com elas. A cidade que hoje se levanta para reocupar o lugar que não pode ser senão seu, é a cidade da Critical Software, empresa cuja facturação aumentou, de forma sustentada, a uma taxa de 40% ao ano nos últimos cinco anos, 60% no último ano; a cidade da Bluepharma, fabricante de medicamentos genéricos que exporta 50% da sua produção; a cidade da ISA, empresa de automação e controlo com sucursais em Espanha, França e Brasil, que assegura 100% do mercado ibérico de telemetria de reservatórios de gás; a cidade da Infogene, grande prémio BES Inovação/2007; a cidade da Criostaminal, primeira empresa portuguesa que salvou uma vida com recurso a transplante de células estaminais; a cidade da Active Space Technologies, da Bookmarc e da Quantific; a cidade onde se desenvolveu a técnica de libertação controlada de fármacos em lentes de contacto e a da activação fotodinâmica de fármacos para a terapia da doença oncológica, esta última uma das nove únicas patentes registadas em Portugal em 2005, com extensão simultânea à Europa, aos Estados Unidos e ao Japão.

A Coimbra de que vos falo organiza-se agora em rede, em conjunto com os municípios envolventes, cujos Presidentes aqui presentes, eu quero saudar, no quadro de uma política de desenvolvimento regional harmonioso e sustentado, com base numa teia de

complementaridades para as quais contribui de uma forma decisiva, a Universidade de Coimbra.

Seja para desenvolver projectos de raiz, seja para identificar e promover em cada localidade a ideia ou a fileira que melhor represente a sua actividade económica e melhor resposta à especificidade do seu tecido empresarial, a marca da Universidade de Coimbra pode encontrar-se em várias das acções que corporizam esta política e que têm permitido estes resultados. A nossa escala é o Mundo, mas para nós o Mundo começa à saída da Porta Férrea.

A estratégia a que respondemos, iniciada com a criação do Instituto Pedro Nunes, que ostenta hoje índices de desempenho que o tornam campeão nacional na sua categoria, incluiu mais recentemente a criação em Cantanhede do BIOCANT – Centro de Inovação em Biotecnologia, cujo fulgurante sucesso o torna outro exemplo a reter, bem como, já este ano, a inauguração do edifício do ITECONS – Instituto para a Tecnologia da Construção, com mais de cinquenta parceiros públicos e privados. Inclui ainda o decisivo arranque do Coimbra iPark, liderado pela Câmara Municipal de Coimbra, e no qual a Universidade reforçou a sua participação e passou a integrar os órgãos sociais.

Em Arganil, o conceito será desenvolvido em torno das energias renováveis; na Mealhada, em parceria com a Sociedade das Águas do Luso, a aposta é na indústria do turismo, da saúde, da beleza e do bem-estar; em Montemor-o-Velho, o interesse vai para a criação de um centro desportivo de alto rendimento, aproveitando a instalação de uma pista com características únicas para a prática de Desportos Náuticos, bem como para a valorização do cluster das indústrias da cultura; em Vila Nova de Poiares, a escolha recai sobre a fileira dos veículos automóveis em fim de vida, respondendo a um desafio com uma forte componente ambiental. Na Figueira da Foz trabalhamos em Ordenamento do Território e em Ciências do Mar; em Castelo Branco, com a colaboração do Instituto Politécnico local, em ensino à distância; em Penela promovemos a requalificação e valorização do património edificado; em Miranda do Corvo a nossa intervenção é solicitada na área da

Floresta e da Biomassa; Em Arganil e em Mira, apoiamos concursos de Ideias de Negócio; Na Guarda, em colaboração com a Universidade de Salamanca, prosseguem as actividades do Centro de Estudos Ibéricos; Em Alcobaça realizam-se várias acções e cursos de formação não conferentes de grau; Em Coimbra, Arganil, Aveiro, Covilhã, Penela e Miranda do Corvo decorreram já várias edições de Cursos de Empreendedorismo, com um total de mais de trezentos participantes; com a Associação de Municípios do Baixo Mondego, colaborámos de forma estreita na definição da estratégia de desenvolvimento da sub-região no âmbito da preparação de candidaturas ao QREN e somos parceiro científico da Associação para o Desenvolvimento da Região Oeste no âmbito do Projecto ECOS, com vista à cooperação em rede para a Competitividade e Inovação, envolvendo os Municípios de Moura, Beja, Serpa, Peniche, Torres Vedras e Óbidos.

Com financiamento da Agência de Inovação e a participação das 34 entidades públicas e privadas da região de Coimbra com uma intervenção mais destacada na área da saúde, lançámos o projecto “Health Care and Medical Solutions” com vista à internacionalização do cluster da saúde, em articulação com um outro projecto internacional que igualmente lideramos, financiado pela União Europeia, no qual participam 15 regiões da Europa, que organizou em Coimbra, no passado mês de Julho, um grande evento internacional na área das tecnologias da saúde.

Do conjunto das iniciativas apresentadas resulta clara a adaptação a cada necessidade e a optimização dos recursos existentes no território. A contribuição da Universidade é, em todos os casos, relevante e aumenta o potencial dos concelhos nas várias vertentes do seu desenvolvimento.

Por vezes apenas em colaboração com os Municípios, outras vezes em parceria com outras Universidades, Institutos Politécnicos, instituições ou empresas, de todas estas experiências emerge uma fórmula para o sucesso: Um agente local activo, que pode ser um empresário, mas que muitas vezes é o próprio Presidente da Câmara, a identificação de uma área de intervenção, um investigador competente e com espírito empreendedor e um

pouco de investimento. O resultado pode ajudar a transformar uma localidade economicamente deprimida e sem perspectivas de desenvolvimento numa outra capaz de sustentar o êxodo para os grandes centros e de proporcionar aos seus cidadãos, empregos e boa qualidade de vida.

A Universidade, instrumento de política internacional

Mas por termos encontrado o Mundo à porta de nossa casa, isso não significa que não continuemos a procurá-lo mais longe, tanto no tempo como no espaço. Aliando o sentido histórico que lhe está indissociavelmente ligado, às perspectivas de futuro a que não pode deixar de responder como Universidade, temos reforçado a nossa visibilidade internacional através de um conjunto coerente de iniciativas:

Quando procuramos as raízes históricas da mobilidade do conhecimento na Europa, hoje concretizada através de um dos mais prestigiados Programas da União Europeia, o Programa ERASMUS, vamos encontrá-las nas redes de intercâmbio entre mestres e estudantes das Universidades medievais, as mais prestigiadas das quais se encontram hoje reunidas num grupo que nos honrou ao escolher o nosso nome – Grupo de Coimbra das Universidades Europeias - e se reforça como um dos pilares da opinião universitária na Europa. Membros da Direcção do Grupo deste 2005, através da Senhora Vice-Reitora Doutora Cristina Robalo Cordeiro, a nossa posição foi reforçada pela sua reeleição, por unanimidade, para um segundo mandato, na Assembleia anual do Grupo que este ano decorreu em Iena, na Alemanha, o que comprova o prestígio que alcançou como chefe da nossa diplomacia e nos permite ocupar neste início de século, um lugar central na cena universitária europeia.

Quando nos referimos ao papel que esta Universidade desempenhou promovendo a formação e moldando o carácter de um povo que faz da disponibilidade para a promoção do diálogo inter-civilizacional uma das suas competências mais apreciadas no mundo, estamos também a falar das acções que hoje desenvolvemos no âmbito da Comunidade das

Universidades do Mediterrâneo, e muito em particular, da posição de liderança europeia que vimos assumindo, relativamente à aproximação ao Magrebe.

Quando nos confrontamos com as nossas responsabilidades, como nação e como Universidade, perante o imenso património construído – fortalezas, igrejas, palácios, habitações, estruturas urbanas - que ficou da presença portuguesa em África, na América e na Ásia, a nossa atitude não é contemplativa, antes partimos para a constituição de uma Rede de Património Mundial de Origem Portuguesa, em conjugação com o IGESPAR, com a Comissão Nacional da UNESCO e com o Comité Português do ICOMOS, cuja primeira iniciativa reuniu em Coimbra representantes de cerca de vinte Países e que nos pode colocar, neste início de século, em posição privilegiada de interface entre a UNESCO e esta extensa rede mundial de bens.

E quando falamos na importância desta Universidade como referência intemporal da língua e da cultura portuguesas, e como marca perene e incontornável da presença portuguesa no mundo, estamos a pensar no que agora mesmo está a ser preparado entre as mais importantes Universidades brasileiras, que nos reconhecem como a sua Alma Mater e pretendem dar o nosso nome ao seu grupo, o que nos coloca, neste início de século, no vértice de uma política de aproximação entre Universidades europeias e Universidades brasileiras. É meu privilégio anunciar, a este propósito, a aprovação do projecto ERASMUS MUNDUS com o Brasil, que lideramos, um dos três únicos a ser aprovado em toda a União Europeia. Tenho igualmente a grata satisfação de vos convidar para uma cerimónia que se realizará nesta mesma Grande Sala dos Actos, a 27 de Novembro próximo, com vista a celebrar a constituição formal do Grupo de Coimbra das Universidades Brasileiras e o início da actividade de colaboração entre os dois grupos de Coimbra.

Todas estas iniciativas se inserem e complementam o projecto de candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade, cujo dossiê se encontra agora na fase final de preparação e já permitiu garantir para a Universidade avultados investimentos.

Por elas se percebe que, quando falamos de Património, não estamos a falar de passado. As acções que referi, sendo centrais para os propósitos da candidatura, transportam, todas elas, óptimas oportunidades nos planos pedagógico, científico e de extensão. Encontram igualmente justificação no quadro de um novo paradigma de desenvolvimento baseado no conhecimento e na inovação, e das orientações estratégicas que a diplomacia portuguesa quis deixar, como marcas mais visíveis e intencionais na recente presidência da União Europeia: a aproximação a África e ao Brasil.

O sentido da mudança permanente

Senhoras e Senhores,

Sendo uma das mais importantes criações do espírito europeu, a Universidade deve a sua reconhecida longevidade à capacidade que tem mantido para se transformar e adaptar à evolução do mundo. A não ser no essencial – foi desde sempre uma comunidade de professores e de estudantes interessados em produzir e difundir conhecimento – poucas semelhanças existem, com efeito, entre a Universidade medieval e a dos nossos dias.

Por vezes por iniciativa própria, outras vezes em resposta a estímulos exteriores de carácter mais ou menos impositivo, sempre ou quase sempre em equilíbrio tenso entre reflexão autónoma e resignação à heteronomia, entre impulsos pró-activos e reactivos, a verdade é que as Universidades de hoje inscreveram a mudança no seu próprio código genético porque, por selecção natural, já não existem as que não souberam fazê-lo. A consciência de que este mecanismo selectivo não parou, nem nunca para, é o melhor remédio contra a tentação de baixar a guarda e de descansar sobre as situações tidas como definitivamente adquiridas, que aliás, como sabemos, não existem.

A mudança é, pois, ingrediente permanente da vida da Universidade e critério de manutenção da sua autonomia. Mas ela não se concretiza apenas porque se torna consciente e se postula. Ainda há que ter em conta a circunstância e o tempo, que acertar no diagnóstico, que conhecer os seus destinatários e mobilizar os seus agentes, que

escolher os instrumentos adequados. Numa palavra: que tomar as decisões acertadas para poder transformar leis, deliberações e despachos em efectivas reformas. A nossa função é encontrar o sentido da mudança permanente.

Reformar é uma actividade séria, muito exigente em clarividência e discernimento. Talvez por isso, demasiadas vezes os discursos programáticos se refugiam em *clichés*, tentando esconder a sua pretensa actualidade por detrás de uma cortina de palavras vácuas em *europês* politicamente correcto, cuja utilização exaustiva tornou estafadas, vazias de conteúdo e significado. Em matéria tão crucial como a sobrevivência das nossas Universidades e o desenvolvimento de um sistema de ensino superior de qualidade, é necessário não dar tréguas à superficialidade e à mudança cosmética, e em igual medida combater a fatal atracção pela leveza das convicções, pela volatilidade das vontades e das orientações, pela submissão à opinião publicada e pelos restantes tiques da panóplia pós-moderna.

Insisto em duas regras de ouro de qualquer reforma sustentada, cuja tomada de consciência nos evitará equívocos e perdas de tempo:

1ª regra - As nossas reformas ninguém as faz por nós. Não procure, por isso, cargos de responsabilidade, quem não estiver disponível para o incómodo de assumir, por vezes, decisões difíceis;

2ª regra - As reformas só se fazem com quem quer fazê-las. Numa sociedade democrática, não insista em fazer reformas quem não sabe envolver e co-responsabilizar os agentes da reforma.

No actual quadro do ensino superior em Portugal convivem, a todos os níveis, as vontades sérias, conduzindo evoluções positivas e concretizando a mudança com profundidade e bom-senso, com inúmeros exemplos de atitudes superficiais e até levianas como as que acabam de ser caracterizadas. Na adaptação do sistema português ao Espaço Europeu do Ensino Superior, na adopção de um novo modelo de avaliação de cursos e de instituições, no alargamento da Universidade a novos públicos, no enquadramento organizacional que

decorre do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e nas opções de financiamento, componentes de uma *overdose* legislativa que se apresentam em diferentes estádios de desenvolvimento e com diversos níveis expectáveis de sucesso, estamos no terreno perante vontades, atitudes e perspectivas que divergem, que interagem e conflituam, e ainda longe de perceber o resultado final da aplicação das novas leis.

Ora, a Lei é, verdadeiramente, a aplicação da Lei. E do conjunto de artigos e de disposições, de conceitos e de considerações, de teorias jurídicas e abstracções filosóficas que as sustentam e justificam, a Lei é, no final, apenas aquilo que os homens e as mulheres souberem, quiserem ou puderem fazer dela.

Também por isso, o momento presente é particularmente desafiante. Porque, apesar do que está escrito, aprovado, ratificado e referendado por quem de direito, a forma e o resultado final deste esforço depende de nós e do que soubermos, quisermos ou podermos fazer com as leis que actualmente enquadram a nossa actividade.

Convoco, pois, todos os universitários de Coimbra para a urgência permanente das reformas sérias. Esta Universidade que já foi de Pedro Nunes e de Antero, de Camões e de André de Gouveia, de Almeida Garrett e de Camilo, de Eça e de Ramalho, de Egas Moniz e de Manuel de Arriaga, de Virgílio Ferreira e de Torga, e que agora é nossa, ergue-se para um novo momento alto da sua História e seremos nós, porque mais ninguém o poderá fazer, os actuais universitários de Coimbra, herdeiros dessa responsabilidade e responsáveis dessa herança, os obreiros da mudança.

Se o tempo característico de um Governo é o ano, ou a dezena de anos, o de uma Universidade é o século ou o milénio. É nosso dever entender esta diferença, e nossa responsabilidade saber tirar partido das enormes potencialidades que ela encerra. Entre navegar a onda de positividade, participando todos os dias na festa de uma vitória efémera, ou ficar a assistir, na margem, à passagem das multidões e das oportunidades, celebrando com impoluta virgindade a certeza de uma futura redenção definitiva, o caminho é incerto,

estreito e mal iluminado. O que parece aliciante a curto prazo pode revelar-se desastroso a médio e longo prazo. No entanto, mesmo as corridas longas necessitam dos primeiros passos. Em regime de incerteza, muitas vezes a melhor escolha não é a que maximiza o resultado imediato, mas a que minimiza o risco de fechar opções. Ou, como prefere dizer P. Kitcher, a que reduz o fenómeno ao menor número possível de definitivos.

Não vos posso mostrar cartilhas, porque não as há. Mas posso alertar-vos contra os homens providenciais, que sempre significaram e significarão a demissão de todos os outros. E também contra os iluminados, que se julgam tocados pela centelha do génio, que acabam por derramar sobre uma realidade atrasada demais para os compreender e valorizar. A única receita para o sucesso é fazermos nós, honestamente, o nosso trabalho: comparar realidades, aferir conceitos, validar propostas, discutir experiências. Estudar, estudar, estudar sempre e tentar encontrar a nossa via, o melhor caminho para trilhar, em função das nossas próprias convicções, no cotejo de ideias, tentando convencer os outros mas sabendo igualmente sopesar o valor dos seus argumentos.

Os novos Estatutos

Foi neste espírito que iniciei o processo de preparação dos novos Estatutos da Universidade de Coimbra com o firme propósito de assumir plenamente as responsabilidades que me cabiam como Reitor eleito democraticamente pela comunidade universitária, trabalhando para que a Assembleia Estatutária pudesse ser constituída por pessoas competentes e dedicadas e adoptasse uma atitude de abertura e de procura activa de novos caminhos e de novas soluções. Enunciei os princípios que deviam nortear a nossa actuação.

Entre muitas outras, resumo uma das reflexões que se revelaram nucleares:

Tem sido visível limitação das Universidades portuguesas, sistematicamente evidenciada pelas equipas de avaliação institucional que as têm visitado, a falta de capacidade para definir e concretizar uma estratégia que envolva a totalidade da instituição, incluindo,

naturalmente, as suas Faculdades. Este problema aflora com frequência nas nossas discussões internas, mas raramente se associa às razões sistémicas que o provocam: tendo sido identificado em todas as instituições e ao longo de tantos anos, dificilmente se pode atribuir à acção ou omissão de um ou outro responsável, mas tão só à inadequação do actual modelo organizacional. Como reforçar, então, a eficiência da orientação estratégica definida para toda a Universidade pelos seus órgãos centrais, sem comprometer a identidade e a autonomia científica e pedagógica das unidades orgânicas? Como garantir o princípio da autonomia científica e pedagógica das unidades orgânicas sem transformar a Universidade numa federação de Faculdades?

A solução encontrada, passou por trazer as unidades orgânicas para a esfera da decisão central, através de um órgão, o Senado, onde têm assento os seus Directores que, se conseguir abrandar a função de câmara de ressonância das preocupações sindicais e corporativas dos seus membros, como aconteceu por vezes no passado, ou de câmara legislativa onde cada um exercita os seus dotes de tribuno, assumindo-se como um autêntico Conselho Universitário, reforçando o papel de apoio à coordenação da política universitária, nomeadamente nas áreas da oferta educativa e da investigação científica, parceiro e co-responsável das propostas que o Reitor formulará ao Conselho Geral, poderá vir a representar um papel mais importante do que aquele que lhe é reservado pelo RJIES. Assim se garantirá o envolvimento de todas as unidades orgânicas na definição de uma estratégia global para a Universidade e o comprometimento de todas as unidades orgânicas na sua concretização.

Ao fim de treze reuniões formais, e de algumas dezenas de reuniões informais, ouvida a opinião dos membros da comunidade universitária, através dos seus representantes no Senado e auscultados os Presidentes dos órgãos das Faculdades, sobre os assuntos considerados de maior importância e sensibilidade, tendo-se primeiro debruçado sobre oito questões de carácter geral por mim formuladas e tomando como base uma proposta entretanto elaborada pela Comissão de Redacção, a Assembleia Estatutária foi capaz de

chegar a sínteses que me parecem responder de forma adequada e equilibrada a cada uma das nossas interrogações.

Não farei aqui, nem se esperaria que fizesse, uma análise exaustiva dos novos Estatutos da Universidade. Sempre direi que me revejo nos traços essenciais das mudanças que se preconizam, nomeadamente:

- no equilíbrio judicioso entre a autonomia das Faculdades e o respeito pela prossecução de uma estratégia comum, para cuja definição igualmente contribuem e a cuja concretização ficam solidariamente obrigadas;
- na existência e na composição do Senado, valorizado no limite da lei, órgão de consulta permanente do Reitor e de articulação de políticas universitárias;
- no reforço da posição dos docentes e investigadores nos órgãos colegiais, sem prejuízo da manutenção da representação de estudantes e de trabalhadores não-docentes;
- no realinhamento da representação estudantil face à evolução da composição orgânica da academia, agora constituída por um número crescente de estudantes dos 2º e 3º ciclos;
- na definição de um novo quadro de aproximação das unidades de investigação de natureza privada à Universidade e na valorização das actividades de investigação científica interdisciplinar, a que agora se junta a formação doutoral, no âmbito do 3I's, em áreas que transcendam o domínio científico de uma única Faculdade;
- na institucionalização de novas unidades orgânicas, ainda em regime de instalação, que trazem a esperança de novos rumos e novos desenvolvimentos: o Colégio das Artes, o Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde e o Tribunal Universitário Judicial Europeu;
- no princípio da adopção generalizada de sistemas de gestão da qualidade aferidos e avaliados segundo padrões reconhecidos internacionalmente, em todas as áreas de intervenção da Universidade;

- no princípio da gestão coordenada de todos os recursos de uso comum, com vista a criar economias de escala conforme recomendação da Comissão de Avaliação da EUA que recentemente nos visitou e objectivo central da política universitária que quero prosseguir até ao final do meu mandato.

Duas outras decisões maiores, aliás interligadas, que hão-de marcar a nossa nova orgânica, puseram em relevo as diferentes sensibilidades e experiências de cada um:

- A solução encontrada para garantir a responsabilização coerente do Administrador sobre a administração de toda a Universidade sem comprometer a capacidade de decisão autónoma das unidades orgânicas, com recurso conjugado aos princípios da gestão descentralizada, consagrada estatutariamente por delegação de competências do Reitor nos Directores das Unidades Orgânicas e da administração única desconcentrada, que assegura a existência de serviços administrativos em cada sector, embora com comando e responsabilidade central.

- A concentração numa única pessoa, sem possibilidade de delegação, das anteriores competências dos Presidentes dos Conselhos Directivos, Científico e Pedagógico. Para além de constituir elemento integrante e integrador do novo jogo de equilíbrios entre Estrutura Central e Unidades Orgânicas, esta decisão pretendeu reforçar a identidade e a autonomia destas últimas nas questões que constituem o cerne da sua actividade, colocando os Conselhos Científico e Pedagógico na dependência do seu responsável máximo. Igualmente se limitam os focos de potenciais conflitos internos entre órgãos, permitindo concentrar tempo e energia no que é realmente importante.

Elaborados e aprovados no tempo devido e homologados *tal e qual*, os novos Estatutos da Universidade de Coimbra foram publicados no dia 1 de Setembro e entraram em vigor a 8 do mesmo mês.

Cumpre-me agradecer, em nome da Universidade de Coimbra, a todos quantos participaram neste processo, o vosso trabalho e as vossas valiosas contribuições. Refiro em particular os membros da Assembleia Estatutária e os membros da Comissão de Redacção e relevo, muito especialmente, a inestimável colaboração dos membros externos da Assembleia Estatutária, os Drs. António Almeida Santos, Artur Santos Silva, Emídio Rui Vilar, Manuel Carvalho da Silva e Gonçalo Quadros, personalidades de altíssimo prestígio na sociedade portuguesa, que sempre encontraram a disponibilidade de agenda e de espírito para partilhar connosco a sua vastíssima experiência de vida e os seus conhecimentos, para nos proporcionar uma visão atenta e objectiva da nossa realidade, que contribuiu muito significativamente para o resultado do nosso trabalho. Quero igualmente referir com particular intenção o desempenho notável do Senhor Vice-Reitor Doutor António Avelãs Nunes que, na esfera das suas competências delegadas, coordenou os trabalhos da Comissão de Redacção, acompanhou de muito perto a intervenção que, por imperativo legal, me estava reservada, supriu eficazmente as minhas limitações e chegou a substituir-me durante um curto, mas crítico, também para mim, período de tempo.

Como qualquer outro instrumento jurídico, os Estatutos da Universidade de Coimbra serão agora o que os universitários de Coimbra - docentes e investigadores, estudantes e trabalhadores não docentes - souberem, quiserem ou puderem fazer deles.

Nos termos da lei, os Estatutos fixaram o quadro de transição para o novo modelo organizacional e definiram regras e prazos para a entrada em funcionamento dos novos órgãos centrais: o Conselho Geral, o Conselho de Gestão, o Senado e o Provedor do Estudante. Igualmente determinam a eleição de Assembleias que terão a responsabilidade de preparar os novos Estatutos das Faculdades, bem como a posterior eleição das primeiras Assembleias de Faculdade e dos novos Directores.

Porque o tempo actual não dá trégua ao descanso, convoquei para hoje mesmo uma reunião extraordinária do Senado, na qual apresentarei, nos termos dos novos Estatutos, os Regulamentos destas eleições. Até meados de Novembro terão tomado posse perante o

Reitor os docentes e investigadores, estudantes e trabalhadores não-docentes, membros das Assembleias Estatutárias de todas as Faculdades. Até ao final de Novembro estarão eleitos os membros do primeiro Conselho Geral, órgão máximo de orientação estratégica e de supervisão universitária. Até ao início das férias do Natal estará constituído o novo Senado. Em todos os casos, são funções de grande responsabilidade, para cujo exercício se requer reflexão, ponderação e capacidade de trabalho. Na esfera das respectivas competências, eles serão um importante elo da reforma que começou na Assembleia da República e acabará na Sala de Aula, na Biblioteca, no Laboratório, na empresa e, por que não dizê-lo, em todos os ambientes e em todos os locais onde possa vir a estar um antigo estudante de Coimbra.

Esperam-nos, portanto, meses de intenso trabalho de reorganização interna. De renovação democrática de mandatos e de pessoas. De reformatação de hábitos e de procedimentos, de preparação dos instrumentos regulamentares que, complementarmente com a lei e com os Estatutos, hão-de definir um novo quadro de relacionamento interno entre serviços, unidades orgânicas, órgãos centrais e sectoriais.

Quero aproveitar para esclarecer a comunidade universitária, e fá-lo-ei uma única vez, sobre a interpretação que faço das responsabilidades do Reitor no actual momento. Se é certo que decidi intervir activamente no processo de formação da Assembleia Estatutária, subscrevendo uma lista de professores com carácter institucional, constituída com base nos Presidentes dos Conselhos Científicos das Faculdades, para um trabalho cuja responsabilidade de concretização atempada me era directamente atribuída por lei, entendo dever tomar agora, coerentemente, uma posição de distanciação equitativa relativamente aos processos eleitorais que se iniciam. Trabalharei com o Conselho Geral e com o Senado, nos termos da lei e dos Estatutos, liderando o processo de mudança e ajudando a formatar o novo quadro de funcionamento institucional emergente.

Outras mudanças

No plano organizacional, é uma nova Universidade que se estrutura sobre a experiência de mais de setecentos anos, são os segundos estatutos da democracia. E são novas formas de gestão que estão igualmente a ser experimentados, como as que resultam da entrada em funcionamento de duas Fundações de direito privado e de uma Associação:

- a Fundação Cultural da Universidade de Coimbra, no âmbito da qual se fará a gestão do Teatro Académico de Gil Vicente, a cuja Directora recentemente nomeada eu desejo as maiores felicidades no cumprimento das novas funções, e ainda do Estádio Universitário, do Auditório da Reitoria e do Palácio de S. Marcos. É previsível que outras valências culturais e desportivas venham a ser acrescentadas, a curto prazo, à esfera de intervenção desta Fundação;

- a Fundação Museu da Ciência, no âmbito da qual prosseguirá o programa de desenvolvimento das actividades de museologia científica, nomeadamente a instalação da segunda fase do Museu da Ciência, no Colégio de Jesus.

- O Centro Universitário de Apoio à Infância e à Terceira Idade, associação privada sem fins lucrativos do tipo IPSS, que assegurará a gestão do Infantário e do Jardim Infantil.

Mas o ano lectivo que agora se inicia, trará ainda outras novidades. No plano do desenvolvimento físico, verá inauguradas as novas instalações da Faculdade de Farmácia e do ICNAS – Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde, bem como os edifícios da Biblioteca Central e da Unidade Central, todos no Pólo das Ciências da Saúde. Ainda neste Pólo, dar-se-á início à construção da Sub-unidade 3 da Faculdade de Medicina e à elaboração do projecto das Sub-unidades 2 e 4 da mesma Faculdade.

Na Alta, estão praticamente concluídas as profundas intervenções na Casa das Caldeiras e no Campo de Santa Cruz, ao mesmo tempo que se dá início à Reconstrução do Colégio da Trindade para instalação do Tribunal Universitário Judicial Europeu e aos trabalhos de Arqueologia que precedem a construção da nova Biblioteca da Faculdade de Direito e do

Centro de Interpretação e Documentação da Universidade de Coimbra localizado na Rua dos Estudos.

Entretanto, no âmbito da preparação de candidaturas aos vários Programas do QREN, o Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade de Coimbra foi estruturado em torno de dez eixos prioritários que totalizam 33 projectos de construção ou de remodelação de edifícios, bem como 72 projectos de natureza imaterial. À fastidiosa enumeração destes 105 projectos, substituo a informação de que obtivemos, até ao momento, a garantia de financiamento de cerca de 10% do montante global a que nos candidatamos. Coube ao Senhor Vice-Reitor Pedro Manuel Saraiva a preparação deste extenso Programa de candidaturas, o que fez com a mesma desenvoltura e eficiência com que tem abraçado todas as suas responsabilidades.

Para encontrar saída e apoio para as nossas propostas e iniciativas, é esta atitude de procura permanente de novas oportunidades e de novas vias que eu preconizo quando digo, realisticamente, que é preciso ir a jogo. Porque, assumida que foi pelo actual Governo, a intenção política de diminuir, muito para além do limiar imposto por qualquer justificação de necessidade financeira ou de conjuntura nacional ou internacional desfavorável, o financiamento público das Universidades públicas, é dela que depende a nossa capacidade para cumprir os objectivos traçados. Constato com satisfação que esta atitude está a alastrar a toda a comunidade universitária

Financiamento

Parece-me, com efeito, evidente que a redução das dotações orçamentais atribuídas às Universidades não pode explicar-se apenas pela necessidade de as fazer participar no esforço nacional concertado para equilíbrio das contas públicas. Pela razão decisiva de que as Universidades sofreram, desde 2005, uma redução do seu orçamento, quatro vezes superior à diminuição do deficit público nacional no mesmo período.

Esgotada esta justificação, foram ensaiadas várias outras, entre as quais a má gestão, que vemos por vezes associada à ruptura financeira de algumas universidades e à celebração dos famosos contratos de saneamento financeiro. É esta uma argumentação mais perigosa, porque, como é óbvio, em matéria de gestão, é sempre possível fazer melhor, como as Universidades têm demonstrado eloquentemente. A verdade, porém – verdade que julgo insusceptível de contestação - é que, a níveis de financiamento público de 2005, em percentagem do PIB, nenhuma delas teria entrado em ruptura financeira, ou seja, a alegada má gestão é a consequência inevitável (e esperável) do sub-financiamento e não a sua causa.

Devo dizer que ao mais alto nível do Governo, tem sido reconhecido, embora nunca publicamente, o enorme esforço de contenção das Universidades e a sua capacidade para encontrar fontes de financiamento que compensem, em alguma medida, a redução das receitas públicas.

Não creio, de resto, que alguém possa justificar a redução do financiamento público de todo um sector com base em um ou outro caso de alegada má gestão. Como se um indício de erro no Hospital de S. João pudesse ter como decorrência lógica a diminuição do financiamento do Hospital de Santa Maria. Não aconteceu com os Hospitais, que receberam em 2007 centenas de milhões de euros de orçamento supletivo intercalar. Mas está a acontecer, infelizmente, com as Universidades.

Em Outubro de 2006, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas chamou a atenção para as previsíveis consequências das decisões tomadas pelo Governo em sede de preparação do Orçamento de Estado para 2007, nomeadamente para a situação de ruptura financeira que ocorreria em quatro Universidades públicas no decurso deste exercício orçamental.

Idêntica atitude foi tomada pelo CRUP em Agosto de 2007, logo que conheceu as linhas gerais a que obedeceria o Orçamento de Estado de 2008, alertando para a mais que

provável eventualidade de outras Universidades se juntarem às anteriores, sem capacidade para garantir o pagamento da totalidade dos vencimentos e de outras despesas correntes até ao final do ano.

Não adianta ignorar ou negar a realidade: infelizmente, tanto a primeira como a segunda destas previsões vieram a revelar-se acertadas, abrangendo instituições insuspeitas de má gestão ou de falta de qualidade.

Conhecidos os pressupostos em que assentará a preparação do OE para 2009, uma vez mais se constata que um número crescente de Universidades públicas vai ver agravadas as suas já insustentáveis dificuldades financeiras e vai ter que recorrer, com o conhecimento do Ministério, a práticas de sub-orçamentação. O que significa que a fórmula de financiamento, a sexta da ordem a ser aplicada nos últimos seis anos, e o próprio princípio do financiamento por fórmula, a que o Governo está obrigado por força da lei, entraram no domínio da ficção. Para além de ilegal, a institucionalização do financiamento intercalar à medida das necessidades é um retrocesso de quinze anos na nossa prática de gestão, e constitui, sem sombra de dúvida, um princípio de má gestão e um convite à gestão danosa, além do mais porque desincentiva a angariação de receitas próprias.

Creio que, até agora, o estrangulamento financeiro a que estão a ser sujeitas as Universidades públicas não teve nenhum resultado positivo, sendo visível apenas a consequência negativa, esperável, da anulação da autonomia das Universidades que não conseguiram evitar a ruptura financeira. E esta consequência arrasta outras, igualmente negativas: a de limitar drasticamente a sua capacidade de iniciativa, incluindo a capacidade de geração de receitas próprias, e a de as colocar na dependência de boas-vontades casuísticas e intercalares.

Quero acreditar que não é isto que se pretende: reduzir as Universidades públicas a simples Direcções-Gerais ou transformá-las em Fundações de direito privado sem capital, que só poderão sobreviver à custa de operações imobiliárias ou de especulação financeira.

Como saída óbvia desta dicotomia asfixiante resta-me preconizar a densificação do conceito de Instituto Público Autónomo e lembrar que não se encontrou ainda uma solução equilibrada para o preceito constitucional de autonomia, apenas porque nunca houve vontade política para o fazer.

Neste momento e nesta matéria, não posso ser portador de boas notícias. Tudo aponta para que a Universidade de Coimbra tenha, em 2009, um aumento nominal de receita pública transferida de 2%, para suportar aumentos salariais que se prevêem superiores a esse valor e ainda para fazer face a despesas obrigatórias com a Segurança Social, de 11% da massa salarial global, até aqui garantidas por saldos de gerência.

Terminarei este ponto da minha intervenção garantindo a todos que a Universidade de Coimbra está incluída no pequeno lote das Universidades públicas que, em 2009, ainda não terão que sobre-estimar as suas receitas para poder fechar o orçamento e formulando o meu voto veemente de que a razão e o bom senso acabem por prevalecer, de modo a evitar que a nossa Universidade, como todas as Universidades públicas, continuem a sofrer a asfixia financeira com que foram injustificada e injustamente castigadas nos últimos anos.

É neste contexto que o Senhor Vice-Reitor Doutor António Gomes Martins ocupa, com exemplar inteligência organizacional e reconhecidas disciplina e capacidade de trabalho, o mais difícil lugar do Governo da Universidade de Coimbra. Quando ele tiver que vos dizer que não, peço-vos que compreendam o sentido destas minhas palavras.

O desafio é de grande responsabilidade. Mas a confiança que deposito na dinâmica adquirida pela Universidade, decididamente mais consciente dos riscos da estagnação e disponível para prosseguir os caminhos da mudança, permitem-me encará-lo com fundado optimismo.

O esforço é de muitos e só para esses vale a pena. Quem não se esforça, quem não se entrega, nem sequer dá conta que está a passar ao lado da vida. Desse mal não nos podemos queixar. Quero abraçar neste plural majestático, ou neste “eu” plural todos os

professores, investigadores, estudantes e trabalhadores não docentes da Universidade de Coimbra que diariamente dão o melhor de si no cumprimento das suas tarefas. Quero incluir neste abraço todos os que ocupam cargos de responsabilidade, Presidentes e membros dos órgãos de Governo, Administradores e Directores de Administração, Directores de Serviço, Chefes de Divisão e chefias intermédias. Quero referir os nossos antigos estudantes, a sua Rede que conta já mais de 11 000 membros e as associações em que se organizam por todo o País e no estrangeiro, multiplicando-se em iniciativas culturais e de convívio. A nossa Universidade estará sempre onde, em qualquer parte do mundo, bater o coração de um antigo estudante de Coimbra. Quero por último deixar uma palavra de agradecimento ao grupo de colegas que me acompanha mais de perto, porque constitui a minha equipa restrita. À Senhora e aos Senhores Vice-Reitores, com quem tenho partilhado mais directamente as responsabilidades e as alegrias do cargo, e aos senhores Pró-Reitores Doutores Raimundo Mendes da Silva, Pedro Ramos, Fernando Guerra, José Canavarro, José António Bandeirinha e António Filipe Pimentel, que tanto têm contribuído para os resultados que vimos obtendo, quero expressar o meu profundo reconhecimento pela forma como têm conseguido concretizar os projectos que concebem e que lançam, e pela imaginação que revelam para conseguir ultrapassar as circunstâncias tão desfavoráveis em que decorre a nossa actividade.

A todos lembro, para terminar, que esta cerimónia não esgota o programa do dia. Depois do almoço e da reunião do Senado, espero poder encontrar-vos no espectáculo de Abertura do Ano Lectivo, o concerto **D. João VI e Napoleão: Música em tempo de guerra** comentado por Jorge Rodrigues, com coordenação musical e interpretação ao piano de **João Paulo Santos**, tendo como solistas a Soprano **Dora Rodrigues**, a Meio-soprano **Susana Teixeira**, o Tenor **Mário João Alves** e o Barítono **Luís Rodrigues**.

Epílogo

As Universidades estão hoje muito mais expostas do que noutros tempos. São parte da sociedade, assumem-se como instituições cidadãs, de certa forma dessacralizaram-se. Deixámos de ser os aristocratas do conhecimento, os lentes perante cujas opiniões se

curvavam, reverentemente, os mortais. Agora as nossas tomadas de posição são diariamente escrutinadas pela opinião pública, havendo sempre quem gosta mais e quem gosta menos, setas para cima e setas para baixo. Especulações mais ou menos maldosas quando não, totalmente descabidas, por vezes até mal-intencionadas. É assim a vida, mas há quem viva mal com tudo isso. No entanto, é o sinal da nossa maturidade institucional e a prova de que, como desejávamos, estamos realmente integrados na comunidade. A vulnerabilidade, é o preço que pagamos por termos deixado de ser Torres de Marfim.

Os tempos nem sempre foram bons e em contexto de profunda mudança, os que vivemos são particularmente difíceis. Mas permitam-me que vos fale como Reitor de uma Universidade que já festejou o seu 718º aniversário que sabe, pelo que esta Universidade já lhe ensinou, que os tempos mudam, os Governos passam, os Ministros passam, os Reitores passam e o que cá ficará, mesmo para aqueles que não gostam delas, são as instituições abertas ao mundo, à cooperação entre os povos e à interacção de culturas, no respeito pelos valores da independência intelectual, da tolerância e do diálogo, proclamados na *Magna Carta* das Universidades Europeias. São as instituições que valorizam o trabalho dos seus professores, investigadores, estudantes e trabalhadores não docentes, que se empenham em oferecer a todos um ambiente que combine o rigor com a liberdade de opinião, a humildade científica, o estímulo à criatividade e à inovação, bem como o reconhecimento e a promoção do mérito a todos os níveis. São as instituições que continuarão a ser a referência ética do nosso País e a fonte de onde emana o conhecimento e a formação de sucessivas gerações de portugueses. Não acham que são motivos de sobra para que nos sintamos orgulhosos com o que fazemos?

Fortes desta certeza, apenas temos que continuar a fazê-lo. Teremos feito o exigível. Teremos feito o desejável.

Paço das Escolas, 17 de Setembro de 2008

Fernando Seabra Santos

Reitor da Universidade de Coimbra